

5

A Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil pode ser traduzida como um mecanismo de direito social que transita por diversas áreas, compreendendo ações que vão desde o acompanhamento das necessidades especiais dos estudantes até o provimento de recursos mínimos (moradia, alimentação, transporte, recursos financeiros) para o alcance dos objetivos de permanência na educação superior.

É composta por ações universais e/ou focalizadas em determinados segmentos com necessidades específicas. Tais ações buscam apoiar a permanência dos estudantes na universidade para que possam concluir sua graduação com bom aproveitamento acadêmico.

A assistência estudantil não tem sido tema abordado em muitos estudos. Mesmo nos apontados nesse capítulo, e os de Portes (2006) e Alves (2002), embora tendo como alvo os universitários de classes populares, a ênfase se coloca na trajetória acadêmica e nos perfis socioeconômicos e culturais.

A escassa produção bibliográfica disponível fez-nos recorrer ao banco de teses e dissertações da CAPES. Nessa pesquisa, no período de 2007 a 2009, encontramos apenas 5 (cinco) estudos sobre Assistência Estudantil no Ensino Superior. Em contrapartida, o tema Política de Ação Afirmativa parece mobilizar mais significativamente os pesquisadores. Sobre esse tema, no mesmo período, estão cadastrados 103 estudos.

O pequeno acervo disponível, além de refletir o reduzido interesse pelo tema por parte de pesquisadores, também demonstra o lugar periférico que ocupa a assistência estudantil nas universidades que, desde a sua criação, aspirou às elites. Para Gadotti (1981, p.5) “as classes populares, no Brasil, sempre estiveram à margem do poder. Em consequência, as aspirações populares, em matéria de educação, não encontraram ressonância : a educação é eminentemente elitista e antipopular”.

Apesar de estar formalmente institucionalizada nas universidades federais há três anos e ter uma dotação orçamentária bastante substancial para a implementação de ações, ainda não é uma política consolidada.

Nas IFES, a contribuição dada pelos estudos viabilizados pela ANDIFES, através do FONAPRACE¹³ foi fundamental para a formulação de um programa de ações sistematizadas e exequíveis em todas as IFES.

A consolidação do PNAES foi um importante instrumento de reconhecimento de direitos e de inclusão, através de ações de permanência que pretendem apoiar a democratização do acesso.

A última pesquisa, realizada em 2010, buscou atualizar informações e obter novos parâmetros que favorecessem a expansão das ações de assistência estudantil.

5.1

Como se configura nas Instituições Federais de Ensino Superior

A assistência estudantil nas instituições federais de ensino superior vem sendo implementada há vários anos e com diferentes configurações. De forma geral, as IFES desenvolveram suas ações de assistência estudantil de forma pontual e sempre de acordo com a disponibilidade orçamentária definida por seus gestores. A demanda por assistência sempre esteve voltada, em especial, para moradia, alimentação, transporte e bolsas de auxílio financeiro.

Cabe pontuar que a assistência estudantil nas IFES não teve como marco o PNAES, entretanto este programa contribuiu fortemente para re-configurar suas ações e inseri-las na estrutura organizacional das universidades federais. Para essas universidades, hoje, o PNAES é uma importante ferramenta na ampliação da inclusão

¹³ O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE é órgão assessor da ANDIFES e aplicou três pesquisas nas IFES visando levantar o perfil de seus estudantes e as ações de assistência estudantil implementadas. Foram realizadas nos anos de 1996, 2003 e 2010. As duas primeiras subsidiaram a elaboração da proposta do Plano Nacional de Assistência Estudantil-PNAES.

de estudantes na educação superior. A busca pela redução dos índices de evasão tem sido consubstanciada pela implementação de ações sistematizadas a partir das diretrizes estabelecidas pelo PNAES, conforme apontado no Relatório de Acompanhamento do REUNI, de 2010.

- Incentivo e fomento interno a projetos e ações que visam ao apoio pedagógico, novas metodologias e assistência ao estudante (articulação das ações pedagógicas – incluindo cursos de nivelamento com os Programas de Assistência Estudantil e Políticas de Inclusão; Programas de Tutoria);
- Aumento no número de bolsas ofertadas (ampliação do apoio acadêmico por meio de bolsas de ensino, pesquisa e extensão);
- Incentivo à permanência dos alunos nas dependências das IFES, por meio da prática do esporte e da participação em projetos culturais, além da criação de centros de interesse comunitários com anfiteatro, auditório, lanchonetes, livrarias, farmácias etc...
- Ampliação do número de bolsas de assistência estudantil, especialmente para moradia e alimentação
- Acompanhamento terapêutico para estudantes psicologicamente em risco;
- Concessão de apoio financeiro por meio de bolsas e do apoio à participação em eventos acadêmicos e esportivos;
- Intensificação do processo de recepção, acolhimento e orientação inicial oferecida aos estudantes com vistas à diminuição da evasão inicial;
- Construção de centros de educação infantil para atendimento a filhos de acadêmicos;
- Bolsa Permanência de Desenvolvimento Acadêmico, onde o estudante beneficiado ingressa em projetos elaborados por docentes e técnicos administrativos;
- Políticas de Acessibilidade
- Políticas de Assistência Médica e Odontológica

Da mesma forma, o FONAPRACE tem sido responsável pela formulação e avaliação das ações implementadas nas instituições e vem, ao longo dos anos, contribuindo com essa discussão.

No ano de 2010, no rastro das discussões do PNE 2011-2020, o referido Fórum aplicou a terceira pesquisa direcionada aos estudantes das 57 (cinquenta e sete) IFES com a finalidade de, além de conhecer o perfil socioeconômico e cultural dos alunos, buscar indicadores que pudessem subsidiar a formulação de novas ações que compoñham políticas de equidade consideradas fundamentais para garantir a permanência dos alunos, além de ações preventivas em relação à evasão e repetência.

A pesquisa pretendeu ser referência para as instituições que, através de construções coletivas, poderão distribuir melhor os recursos da assistência estudantil. Em relação a tais recursos, é importante pontuar que, para o ano de 2011 o investimento foi de R\$ 395.000.000,00, 200% maior que o valor disponibilizado em 2008, quando o PNAES foi implantado.

Cabe ressaltar que, com a implantação do REUNI, houve a interiorização das universidades federais, o que ampliou significativamente o acesso e a demanda potencial por assistência estudantil.¹⁴

Na pesquisa realizada nas IFES em 2010, a demanda potencial para a assistência estudantil é representada por 43,7% do total de alunos das IFES, apresentando percentual 1% maior que na última pesquisa, realizada em 2003.

Entretanto é oportuno ressaltar que, segundo a mesma pesquisa, embora o número de estudantes oriundos de classes populares venha apresentando aumento quantitativo, os estudantes das classes mais altas ainda são maioria, representados por 56,4% do total de alunos matriculados. Esse dado coloca a necessidade de uma nova e mais atenta reflexão quando falamos de democratização do acesso. Para Vieira e Vieira (2010, p. 82), essa “heterogeneidade relativa” deve ser um ponto a ser considerado quanto à “existência factual de democratização”.

¹⁴ Em 2003 o total de matrículas nas universidades federais foi de 527.700 e em 2010 esse número passou a 763.891 (Censo da Educação Superior 2009).

A presença de alunos do sexo feminino predomina e são compatíveis com os dados do Censo da Educação Superior de 2009, que aponta para o contínuo decréscimo da população masculina desde 1996.

Cerca de 75% dos estudantes estão na faixa etária até 24 anos. Comparando os dados das IFES com as apontadas pelo Censo da Educação Superior de 2009¹⁵, o perfil é compatível com o da educação superior brasileira.

Um dado que merece destaque é o que se relaciona à raça\cor. O percentual de estudantes que se autointitulam pretos, aumentou quase 3% em relação a 2004.

Em relação ao estado civil dos alunos, a maioria (86,6%) é solteira e o percentual de estudantes com filhos vem diminuindo (9% do total), o que explica a reduzida demanda por creche, um dos eixos temáticos do PNAES. Um dado observado, é que existe maior concentração de estudantes com filhos nas classes mais baixas, em todas as regiões.

A maior parte dos estudantes entrevistados ainda residem com pais ou familiares, mas a demanda por moradia universitária é dos alunos das classes mais baixas. A pesquisa não detecta as razões para essa demanda por parte destes segmentos, porém a baixa condição socioeconômica das famílias aliada ao custo do transporte até a universidade e a distância do local de moradia, pode interferir nessa demanda.

Os estudantes oriundos das classes de menor poder aquisitivo são aqueles que mais exercem atividades não acadêmicas remuneradas e, por essa razão dão preferência aos cursos noturnos. São esses alunos que tem nos problemas de ordem financeira o principal motivo dos trancamentos de matrículas¹⁶, reafirmando a importância de ampliação dos recursos do PNAES e das bolsas de assistência estudantil como instrumento para redução de evasão destes segmentos de alunos.

Um dado importante a ser ressaltado é que 52% dos alunos relatou a interferência de dificuldades financeiras na vida acadêmica e 39% entendeu que a dificuldade de acesso a materiais e outros meios de estudo também é relevante para o aproveitamento acadêmico, assim como as dificuldades de aprendizagem. Embora

¹⁵ Até a elaboração deste texto não haviam sido disponibilizados estes dados relacionados ao Censo da Educação Superior de 2010.

¹⁶ Nas classes mais altas é motivado, na maior parte das vezes, por insatisfação com o curso.

esses dados não tenham sido relacionados às classes sociais ocupadas pelos alunos, certamente afetam de forma mais contundente os segmentos menos favorecidos e amplia a demanda por assistência estudantil.

O panorama atual das IFES tem como destaque a interiorização de algumas universidades federais e a criação de novas instituições. Os dados compilados por essa pesquisa têm importância estratégica para orientar prioridades em relação às ações de assistência e, principalmente, conhecer as especificidades regionais e a diversidade quanto às estruturas acadêmicas e culturais. O contexto em que essa última pesquisa foi aplicada é diferente dos demais por representar um novo momento para as políticas de inclusão relacionadas à educação superior, com a implementação de novas modalidades de acesso aos cursos de graduação, como a utilização do ENEM por várias universidades federais e a adoção de ações afirmativas para acesso.

Ao avaliar o atual momento por que passam as universidades federais, percebemos que existe uma mudança no padrão que historicamente permeou as instituições universitárias, principalmente no que diz respeito ao perfil socioeconômico dos estudantes. Embora essa heterogeneidade seja ainda relativa, é um fator presente que poderá ter seus efeitos potencializados nos próximos anos, com a ampliação de ações inclusivas para acesso e permanência.

5.2

A Universidade Federal do Rio de Janeiro e as Ações de Assistência Estudantil

5.2.1

Retrospecto

Embora seja considerada como a mais antiga universidade brasileira, resgatar historicamente a trajetória da assistência estudantil na UFRJ não foi tarefa fácil e exitosa.

A Divisão de Assistência ao Estudante - DAE, é o único órgão que, desde a década de 70, vem implementando as ações de assistência estudantil na universidade, tendo feito parte de estruturas organizacionais criadas pelas inúmeras gestões da universidade. A Divisão sempre contou com assistentes sociais em seus quadros para implementação das ações de assistência aos estudantes¹⁷.

Buscamos nos arquivos da referida Divisão, documentos que nos auxiliassem a resgatar o histórico da assistência estudantil na Universidade, que se confunde com a própria história desse órgão.

Também tomamos por base a dissertação de mestrado da A.S Egléubia Oliveira, de 1997, que durante um determinado período trabalhou na DAE como assistente social contratada. O estudo que desenvolveu foi limitado ao período de 1985 a 1997, e pretendeu compreender as mediações que sofrem as definições de propostas de assistência tomando por base as concepções de proteção social que circulavam no interior da universidade. Na época, cada uma das universidades definia suas ações de assistência estudantil sem que houvesse diretrizes comuns. O que orientava essas ações era o entendimento que os gestores da universidade tinham sobre esse assunto¹⁸.

¹⁷ Os dados levantados foram possíveis com a colaboração da Assistente Social Rosélia Magalhães. Ingressou na UFRJ em 1989, na Div. De Assistência ao Estudante que, segundo seu relato, já existia desde a década de 70.

¹⁸ Para fins de melhor entendimento esclarecemos que as ações de assistência da UFRJ, a exemplo da maioria das IFES, sempre foi direcionada a alunos de primeira graduação.

As dotações orçamentárias para implementação dessas ações também partiam das mesmas concepções.

A documentação que conseguimos reunir, entretanto, é pouco esclarecedora quanto ao início da implementação de ações de assistência estudantil. Através das informações da A.S Rosélia Magalhães, soubemos que a Residência Estudantil, da forma como hoje se configura, um prédio dentro do *campus* Fundão, existe desde os anos 70, porém não encontramos documentos que informem a data precisa.

A inexistência ou a escassez de fontes documentais sobre o assunto pode refletir a importância que, ao longo de décadas, foi dada a essas ações pela universidade. Os profissionais envolvidos em sua implementação também não tiveram a preocupação em registrar dados.

Segundo o levantamento realizado em 1979, foi elaborada proposta de trabalho sobre um serviço de assistência e orientação do aluno. O grupo que a elaborou era composto por professores da Faculdade de Medicina e de Educação, e por uma assistente social do Hospital Universitário da UFRJ. O objetivo foi o de estruturar e implementar o serviço conforme fora disposto no Regimento da Reitoria: “Ao Serviço de Assistência ao Estudante incumbe promover, em coordenação com a área de ensino de Graduação e Corpo Discente, as medidas de assistência ao estudante” (art. 26)

Entretanto este serviço referia-se, de forma mais abrangente à orientação educacional e, menos à assistência estudantil propriamente dita. Teria um órgão a ser criado que ficaria responsável por sua implementação. As ações de assistência estudantil, nessa época, já eram implementadas pela DAE, que fazia parte da mesma estrutura do órgão que se pretendia criar, e a ela cabiam os “trabalhos de assistência financeira e social ao estudante” (Capítulo II, seção I, art. 41 do Estatuto da UFRJ).

No ano de 1990¹⁹ foi elaborado um projeto pela DAE tendo como concepção central a articulação essencial entre ensino e pesquisa no processo de formação do “sujeito discente”. Esse documento aponta que nos últimos quatro anos, ou seja, em finais dos anos 80, já era observado uma diferenciação em relação à situação

¹⁹ Na época a Profª Maria Durvalina Bastos, da Escola de Serviço Social da UFRJ, era a diretora da DAE.

socioeconômica de alunos de determinados cursos, como Geografia, Letras e Artes. Ressaltou ainda, a variação existente no grau de escolaridade dos pais dos alunos desses cursos e os do curso de Medicina, onde mais de 50% tinha nível superior completo.

O conteúdo do projeto definia como desafio para DAE trabalhar com essa diversidade de alunos. Apontou ainda a questão da especificidade da assistência estudantil, que tem seu contorno delimitado no projeto de formação global do aluno. Indicou que a ausência de recursos financeiros deveria se encaminhada “à luz de uma análise do projeto acadêmico do estudante e da Universidade” (1990). Fez uma diferenciação bastante oportuna entre assistência estudantil e os demais programas assistenciais:

A noção de assistência ao estudante deve estar vinculada a um projeto acadêmico porque do contrário, adquire uma fisionomia e descaracteriza a universidade como uma instituição de produção e difusão de saber. Mais ainda, desvinculada da proposta acadêmica a assistência discrimina e segrega o estudante com dificuldades financeiras porque o codifica como cidadão-beneficiário de um programa assistencial global e não como um aluno que apesar das inúmeras adversidades ingressou na Universidade com interesse e necessidades próprios, característicos de um portador de um projeto de aspiração social que passa pela especialização do saber. [...] A proposta é que a assistência não seja um fim em si mesma, mas que faça a mediação entre o interesse e a demanda social por um profissional competente [...]

Há 20 anos esse documento já levantava a necessidades da assistência estudantil integrar um projeto acadêmico e não ser um programa de assistência social. Propunha a articulação da DAE com as comissões de orientação acadêmica e os centros e unidades, no sentido de uma atuação mais pluralista na operacionalização da proposta de assistência estudantil.

Com base nesse projeto, a DAE reformulou suas ações e passou a implementar um programa assistência estudantil que consistia em duas bolsas: Bolsa de Estudos²⁰ e a Moradia Estudantil²¹. Ambos com avaliação das condições socioeconômicas e

²⁰ A partir das novas diretrizes estabelecidas pela DAE em 1990, essa bolsa substituiu a Bolsa por Serviços Prestados que, conforme denota, exigia como contrapartida carga horária de trabalho em setores administrativos da Universidade.

²¹ Composta pela vaga na residência estudantil e uma bolsa de auxílio financeiro.

familiares dos alunos. Na ocasião foi aplicada uma pesquisa entre os alunos bolsistas que detectou que os gastos com transporte e material didático eram os mais onerosos.

Para os moradores da residência estudantil, como o transporte utilizado era o da própria universidade²², o que mais onerava eram as despesas com material didático. Para auxiliar nesse gastos e apoiar a permanência nos cursos, os estudantes costumavam acrescentar ao valor das bolsas, o faturamento de trabalhos esporádicos. Com base nessa pesquisa foi proposto o aumento da bolsa que passou a ser fixado em 1\4 do valor da Bolsa de Iniciação científica do CNPQ.

Na ocasião, passa a ser implantada uma nova política de seleção e renovação das bolsas com base no projeto acadêmico.

No momento em que esse relatório foi encaminhado ao Superintendente de Graduação, também foi proposta a alteração das Resoluções²³ existentes, já que as que estavam em vigor apresentavam lacunas e incoerências. No ano de **1992** foi aprovada uma nova Resolução que estabelecia normas de concessão e renovação da Moradia Estudantil, o que contemplou algumas questões apontadas no relatório da DAE de 1990.

Nessa época, motivado por problemas na relação entre a administração e os alunos residentes, houve a necessidade de uma reordenação administrativa na Moradia Estudantil. O aluno residente era visto pela comunidade universitária “mais como um morador do que como um aluno” (1993, p.4). As dificuldades orçamentárias e a super lotação da moradia estudantil constituiu-se por anos de uma tarefa bastante complexa para a universidade e, em especial, para a DAE²⁴.

Nesse momento, a DAE implementava a Bolsa de Estudos, a Bolsa Alimentação - originada neste mesmo ano em virtude do fechamento dos restaurantes universitários - e a Moradia Estudantil.

²² Hoje a universidade continua disponibilizando onibus para o transporte interno no campus Fundão. Do Campus Fundão para o Campus Praia Vermelha também existe transporte gratuito em horários pré-fixados.

²³ As Resoluções são instrumentos, que nesse caso, regulam a concessão e renovação das bolsas de assistência estudantil.

²⁴ A moradia estudantil já apresentava problemas crônicos herdados de administrações anteriores: legitimação da figura do agregado, alunos com filhos, pais de alunos, estudantes de segunda graduação e pós-graduação etc.

Nesse contexto, a demanda pela Bolsa de Estudo aumentou significativamente, o que fez com que, em 1993, o quantitativo de bolsas fosse ampliado de 500 para 1200.

No ano de **1993**, foi elaborado pela DAE o Documento Preliminar à Discussão de uma Política de Assistência Estudantil, a partir da conclusão de que a ausência de uma política ampla, articulando as unidades de ensino e pesquisa a outros setores da universidade, concorria para reforçar o caráter parcial e por vezes ineficaz com que vinham sendo administrados os benefícios .

Tal documento, além de retratar a dinâmica da Divisão, buscou contribuir para as discussões relativas às bolsas implementadas enquanto ações de assistência.

Apontou, já naquela época, para a existência de uma demanda reprimida²⁵ que não foi resolvida com a ampliação do quantitativo das Bolsas de Estudo, indicando o descaso da UFRJ com a problemática da assistência estudantil e o lugar secundário que ocupava.

Na pesquisa documental, encontramos um relatório datado de **1994**, elaborado pela Congregação da Escola de Serviço Social. Essa unidade se dispunha a “assumir a responsabilidade pela ação da DAE”²⁶ e tomou por base o relatório de atividades dessa Divisão, relativo ao ano de 1990.

O Relatório apontava para o fato da UFRJ não ter as condições mínimas para implementar a proposta de política de assistência atribuída à DAE, principalmente pelo aumento da demanda por bolsas. O relatório atribuiu o aumento do quantitativo de alunos inscritos para o processo seletivo daquele ano à “incidência da grave crise econômico-social que envolve a sociedade brasileira (agudizada pelas suas particulares expressões na região metropolitana do Rio de Janeiro)” (1994, p. 5).

Em análise ao funcionamento da DAE o documento apontava a falta de condições para que o órgão executasse suas atividades em razão da insuficiência do

²⁵ Em 1994 essa demanda reprimida cresceu ainda mais, pois a demanda por bolsas aumentou cerca de 37% em relação à 1993 (de 3225 para 5165).

²⁶ A DAE estava vinculada organizacionalmente, a Sub-Reitoria de Ensino de Graduação e Corpo Discente, atual Pró-Reitoria de Graduação.

corpo técnico, e a sua precária estrutura material e física.²⁷ Ressaltou ainda que “sem qualquer risco de exagero pode-se ajuizar que, no quadro atual, a assistência ao estudante, através da DAE, aproxima-se ao perigoso limiar da falência.” (1994, p. 6).²⁸

Nesse documento, a referida Escola dispõe-se a elaborar uma proposta de Política de Assistência ao Estudante e assumir a direção da DAE para que essa Divisão pudesse ser transformada “numa instância operativa, eficaz no conjunto da UFRJ. [...] esta possibilidade está longe de uma simples preferência técnica – é uma opção política.” (1994, p. 7).

É oportuno que seja ressaltado o contexto onde essa trajetória se desenvolveu. Na década de 90 no Brasil, entre outras medidas adotadas pelo governo federal, houve um significativo corte de verbas para o ensino superior público. A administração de quaisquer políticas no interior das universidades acabavam por reproduzir esse contexto.

Em relação à trajetória das ações de assistência estudantil neste período, estas não estavam consolidadas. Independentemente das diferentes gestões que administraram a UFRJ, as práticas apresentavam traços comuns, condicionadas pela conjuntura econômica e política do país. Além disso, eram práticas desarticuladas de caráter fragmentário e emergencial.

Apontamos ainda que, embora a DAE tivesse em seus quadros assistentes sociais para a implementação das ações de assistência estudantil, a Escola de Serviço Social parecia não reconhecer a capacidade de seus profissionais na elaboração de uma política de assistência estudantil. Assim, além de práticas desarticuladas, a assistência estudantil constituiu-se também de um espaço aberto a intervenções de outros órgãos e segmentos da universidade.

Um dado bastante esclarecedor é que, na UFRJ, a Divisão de Assistência Estudantil esteve subordinada à Pró-Reitoria de Graduação em várias gestões e, em

²⁷ Na época a DAE contava com apenas 02 (dois) assistentes sociais e 02 (dois) psicólogos que ainda acumulavam outras tarefas administrativas. Os profissionais trabalhavam com precários recursos de informática que a universidade disponibilizava para manusear dados de cerca de 5000 alunos (nota 44).

²⁸ Após o encaminhamento desse relatório foi possível a contratação, por período de 6 meses por ano, de 15 assistentes sociais para implementar os processo seletivo de bolsas. O contrato foi renovado durante vários anos fazendo com que o trabalho pudesse ser realizado.

uma delas, esteve vinculada à Pró-Reitoria de Pessoal. Assim, a assistência estudantil sempre esteve colocada periféricamente, não sendo objeto de discussão específica de uma unidade com peso gerencial.

Não poderíamos deixar de pontuar que a Escola de Serviço Social da UFRJ em 2000, seis anos²⁹ após o relatório elaborado por sua congregação, encaminhou à Comissão de Ensino e Graduação – CEG um documento contendo subsídios para uma proposta de assistência ao Estudante, elaborado por comissão assessora do CEG composta por 03 (três) professores da Escola de Serviço Social. A proposta foi a sistematização das ações que já existiam, buscando apenas a sua articulação em torno de uma concepção de política.

O documento retratou uma proposta ampliada de assistência estudantil quando colocou como estratégia a criação de um conjunto articulado de programas e projetos voltados não só aos alunos de baixa renda ou residentes na moradia estudantil, mas ao universo dos alunos da UFRJ (2000, p. 15).

No escopo dessa política estavam outras bolsas já praticadas pela UFRJ, destinadas a alunos de graduação, concedidas mediante critério de mérito acadêmico³⁰. Contemplou ainda um programa de saúde e apoio psicossocial.

As ações destinadas a estudantes de baixa renda deveriam sofrer avaliação mediante elaboração de alguns indicadores de evasão e aproveitamento acadêmico.

A política proposta já estabelecia suas diretrizes com base na pesquisa que havia sido realizada em 1996 pelo FONAPRACE e, portanto, continha algumas propostas semelhantes às que foram definidas pelo PNAES anos depois.

Sobre a proposta, algumas sugestões no que diz respeito às bolsas de iniciação científica, monitoria, estágio e extensão foram implantadas, e estas passaram a ser definidas também como ações de assistência estudantil, embora não fossem implementadas pela DAE. Esta Divisão manteve-se na implementação das bolsas

²⁹ Neste intervalo de tempo, as ações de assistência continuaram sendo implementadas pela DAE, que após uma unificação de bolsas, manteve apenas duas que serão detalhadas no próximo item.

³⁰ Bolsa de Iniciação Científica, Bolsa de Monitoria, Bolsa de Estágio e de Extensão.

concedidas por critérios socioeconômicos³¹, bem como dos seus processos seletivos e renovações anuais.

Os anos 2000 trouxeram novos ares para a educação superior, em especial para as IFES com a expansão dessas instituições, já nos primeiros anos do governo de Luis Inácio Lula da Silva.

5.2.2

O momento atual

Conforme já explorado em capítulo anterior, se o REUNI³² propiciou várias mudanças e trouxe um novo contexto para as IFES, o Programa Nacional de Assistência Estudantil promoveu novas e significativas configurações.

Na UFRJ, com a implantação do PNAES em 2008, não aconteceram modificações nas ações que já vinham sendo implementadas, e nem mesmo houve interesse em avaliar tais ações.

A Divisão de Assistência ao Estudante seguiu vinculada à Pró-Reitoria de Graduação e tendo como atribuição implementar a Bolsa Auxílio, o Benefício Moradia e, a partir de 2011, a Bolsa de Acesso e Permanência destinada aos alunos ingressantes pela reserva de vagas.³³

A partir do início de 2010 foi criado pela Pró-Reitoria de Graduação, um grupo de trabalho sobre assistência estudantil. Este era formado por duas assistentes sociais da DAE, dois representantes de alunos, dois professores e um representante dos técnicos administrativos³⁴. Após um ano de exercício, foi proposto pelo referido

³¹ Dentro da concepção de assistência estudantil por mim partilhada, as prioridades são as ações voltadas para os estudantes pobres em sua demanda para permanência e conclusão do curso.

³² Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

³³ A natureza de cada uma será detalhada no próximo subitem.

³⁴ O objetivo desse grupo era o de apresentar proposta de política de assistência estudantil, tomando por base as diretrizes do PNAES. Exceto os assistentes sociais, os demais componentes eram também representantes da Comissão de Ensino e Graduação, instância deliberativa ligada à Pró-Reitoria de Graduação.

grupo de trabalho a criação de uma Superintendência de Políticas Estudantis que pudesse dar maior efetividade às ações. Além disso, foi elaborado um Regimento Interno da Residência Estudantil na tentativa de solucionar problemas históricos de administração que vinham se repetindo há quase 20 anos. O regimento foi aprovado e entrou em vigor.

O ano de 2011 foi de extrema importância para a assistência estudantil na universidade, talvez o seu verdadeiro marco, trazendo uma nova configuração organizacional. Com o início de uma nova gestão, foi criada a Superintendência Geral de Políticas Estudantis.

Cabe ressaltar que, com a implantação do PNAES, a assistência estudantil passou a contar com um orçamento bastante substancial, o que gerou um grande interesse político pela temática, com claros reflexos nas campanhas internas para indicação do novo reitor. As quatro chapas candidatas tiveram como uma de suas bandeiras a assistência estudantil e propostas de criação de órgão gestor específico para as políticas direcionadas aos estudantes, o que também acabou por mobilizar o movimento estudantil em torno dessa questão.

Com a criação da referida superintendência, em julho de 2011, a DAE passa a integrar seu organograma e incorpora a recém criada seção de Esportes, Cultura e Lazer. Foram criadas ainda a Divisão de Saúde do Estudante, a Divisão de Residências Estudantis e, mais recentemente, a Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Atendimento Comunitário. A superintendência está subordinada diretamente ao Gabinete do Reitor o que, em tese, poderá proporcionar maior agilidade nos processos e uma interlocução mais efetiva.

A possibilidade de desenhar uma política voltada às necessidades dos estudantes, não desconsiderando as especificidades de determinados segmentos, é um compromisso da superintendência.

A nova gestão da universidade inaugurou uma fase onde as destinações de verbas para as ações de assistência estudantil têm a participação da Superintendência,

fato inédito na instituição³⁵. Entretanto os resquícios dos problemas acumulados ao longo de várias gestões são uma herança de nem sempre fácil solução.

A nova Superintendência ainda enfrenta uma nova fase para a universidade que, como esclarecido anteriormente, desde 2011 adotou a reserva de vagas para alunos de escolas públicas. Para 2012, o acesso exclusivo através do ENEM e a ampliação quantitativa da reserva de vagas, acrescida do critério de renda, talvez aumente a demanda pelas ações de assistência estudantil.

Apesar dessa nova configuração, as discussões em torno dessas ações acontecem apenas nas comissões deliberativas, e não conseguiu mobilizar outros segmentos da universidade. Entretanto, a interlocução com o movimento estudantil tem sido ampliada.

Aprofundar as discussões sobre esse tema, envolvendo os vários segmentos da universidade será, sem dúvida, um desafio para essa nova estrutura, principalmente considerando o histórico das ações de assistência estudantil na universidade.

Quanto à bolsa e o auxílio transporte destinado aos alunos que ingressaram pela reserva de vagas em 2011 e 2012, foi uma decisão pouco discutida e decidida no âmbito de Conselhos e Comissões. Não houve a preocupação de avaliar primeiro processo antes de expandi-lo.

No ano de 2011 foram aprovadas as destinações de 1800 bolsas apenas para os alunos ingressantes pela reserva de vagas e que fossem oriundos do ensino médio integralmente cursado em instituições de ensino municipais, estaduais ou FAETEC – RJ. Com a adoção desse critério³⁶, somente 37% das bolsas foram utilizadas. Para 2012, todos os alunos ingressantes pela reserva de vagas receberão a bolsa e o auxílio transporte.

Como é possível observar, a discussão sobre ação afirmativa, acesso e permanência na UFRJ ainda é muito restrita aos órgãos deliberativos e gestores, e

³⁵ No ano de 2011, a verba PNAES destinada à UFRJ foi de R\$ 17.690.265,00 e em 2012 o valor total é de R\$ 38.110.072,00.

³⁶ Para 2011 havia sido aprovada pelo Conselho Universitário a reserva de vagas somente para alunos das escolas municipais, estaduais e FAETEC do Estado do Rio de Janeiro. Uma liminar federal, em janeiro de 2011, expandiu a reserva de vagas para todas as escolas públicas, de todos os Estados. Dessa forma, para a concessão de bolsas, a UFRJ manteve o critério inicial. As referidas bolsas, bem como o auxílio transporte deveriam ser pago até o final do primeiro ano letivo (dezembro de 2011).

sem o aprofundamento necessário para que sejam implantadas políticas efetivas nesse campo. Caberá também à Superintendência, implementar e ampliar essas discussões para a elaboração das políticas voltadas aos estudantes da universidade. Certamente será um longo caminho que não será concluído nessa gestão, mas a ela cabe iniciar o processo de mudança desse contexto.

5.2.3

O programa de bolsas

É importante ressaltar que as bolsas de auxílio financeiro e a moradia estudantil têm um significado bastante particular para os estudantes que se encontram em situação de desigualdade socioeconômica. Juntamente com o transporte e alimentação, que são ações universais, vem mobilizando de forma bastante evidente o movimento estudantil da UFRJ.

Oportunamente ressaltamos que a assistência estudantil deva ser desdobrada em outras ações, e não ser focada apenas em bolsas de auxílio financeiro. Porém estas são indispensáveis à permanência de determinado segmento de estudantes.

O programa de bolsas de assistência estudantil da universidade é destinado à estudantes de graduação presencial em situação de desigualdade socioeconômica. É composto pela Bolsa Auxílio³⁷, o Benefício Moradia³⁸ e a Bolsa de Acesso e Permanência destinada aos alunos da reserva de vagas³⁹, todas implementadas pela Divisão de Assistência ao Estudante.

As duas primeiras são concedidas mediante processo seletivo anual, aberto a calouros e veteranos dos cursos de graduação presencial. A concessão é feita a partir de avaliação socioeconômica familiar. No caso do Benefício Moradia, além desta avaliação também é considerada a distância de moradia da família do aluno.

³⁷ Bolsa no valor de R\$ 360,00.

³⁸ Valor de R\$ 360,00 mais a vaga na residência estudantil.

³⁹ Valor de 360,00 mais auxílio transporte variando entre R\$ 5,00 e R\$ 8,80 por dia (30 dias), dependendo do local de moradia.

As avaliações socioeconômicas de ambos os benefícios tomam por base a renda familiar bruta, que é acrescida de pontos atribuídos a determinados indicadores⁴⁰ levantados em questionário preenchido pelo aluno por ocasião do processo seletivo. Ao final do processo os alunos são relacionados em ordem crescente de pontuação, de forma que os alunos com menor pontuação são aqueles que serão beneficiados pelas bolsas.

O processo apresentado vem sendo utilizado há vários anos e passa por algumas reformulações desde 2010.⁴¹ Cabe também ressaltar que não há um sistema totalmente informatizado para a seleção, e os dados pontuados ainda são lançados manualmente em planilha, o que tem tornado o processo bastante moroso⁴² e sem a possibilidade de adequada sistematização de dados que permita um estudo mais detalhado do perfil desses alunos.

No período de 2008 a 2011, a demanda pela Bolsa Auxílio e pelo Benefício Moradia, foi distribuída da seguinte forma:

⁴⁰ O questionário está passando por algumas modificações, mas é considerado para efeito de análise e pontuação os bens que a família possui, a ocupação do provedor, o bairro de moradia etc. No caso do benefício moradia também outros indicadores são observados.

⁴¹ Para que se tenha idéia da dimensão do trabalho realizado, até o processo seletivo de 2009 as inscrições eram realizadas mediante preenchimento de formulário disponibilizado na DAE e agendamento de entrevistas, para todos os candidatos à ambas as bolsas. Foram realizadas nesse ano 1175 entrevistas em um período de três semanas. Para todos os candidatos do Benefício Moradia foram realizadas visitas domiciliares pelos assistentes sociais da DAE. Caso a residência se localizasse em outro Estado, era solicitado aos assistentes sociais da prefeitura local que fizessem a visita e encaminhassem relatório.

⁴² O processo seletivo é iniciado no início de março, e o resultado somente era disponibilizado no final do mês de julho, fazendo com que alguns alunos não concluíssem o período por falta de condições financeiras. Esse fato mobilizou a Pró-Reitoria de Graduação para a necessidade de buscar recursos de informática que acelerassem o processo. Conforme já relatado a informatização foi indicada como fundamental, no relatório de 2000 da Congregação da Escola de Serviço Social, apontado neste capítulo.

No processo seletivo de 2010 e 2011 foram reduzidas as visitas domiciliares de forma a utilizá-la apenas como um instrumento de informações adicionais. No processo seletivo de 2011, pela primeira vez, tivemos condições de realizar uma pré-inscrição online que agilizou um pouco mais a liberação do resultado final da seleção das bolsas. Para 2012 espera-se uma total informatização das inscrições e um banco de dados.

Quadro 2- Demanda anual por Bolsa Auxílio e Benefício Moradia

ANO	SOLICITAÇÕES
2008	1515
2009	1175
2010	1480
2011	1991 ⁴³

Fonte: Divisão de Assistência ao Estudante

A Bolsa de Acesso e Permanência tem uma configuração diferenciada, pois não há avaliação socioeconômica como critério de concessão, já que o acesso é o seu determinante.

Tanto a Bolsa Auxílio como o Benefício Moradia passam por renovações anuais, quando é reavaliada tanto a situação socioeconômica, pela DAE, quanto a situação acadêmica, pelas Comissões de Orientação Acadêmica de cada unidade de ensino.

Essas bolsas são regulamentadas por Resoluções que dispõe sobre os critérios de ingresso, renovação e cancelamento desses benefícios.

5.2.4

Quem é o aluno bolsista?

O perfil dos alunos bolsistas de assistência estudantil manteve-se linear até 2010. Em 2011, com a adoção parcial do ENEM para o acesso à Universidade, houve uma mudança no perfil desses alunos, principalmente do Benefício Moradia. Essa nova forma de acesso fez com que houvesse um número maior de alunos demandando por moradia estudantil, em geral, estudantes oriundos de outros estados e com uma renda familiar um pouco mais alta do que os alunos da Bolsa Auxílio.

⁴³ Em 2011 houve uma pré-inscrição on line que pode ter contribuído para o aumento do número de inscritos.

É oportuno ressaltar que, embora haja um patamar de renda estabelecido para a assistência estudantil⁴⁴, a renda familiar per capita dos bolsistas da UFRJ é mais baixa. No ano de 2011, 68% dos bolsistas da Bolsa Auxílio tinham renda familiar per capita de 0 a 1 salário mínimo. A maior parte dos alunos reside na baixada fluminense e zona norte.⁴⁵

Ambos os bolsistas são egressos do ensino médio público e, um percentual significativo deste universo, está matriculado na UFRJ em cursos pertencentes ao Centro de Ciências da Saúde, que agrega a Escola de Educação Física, no Centro de Letras, Serviço Social e nas licenciaturas, em geral.

Quadro 3- Bolsistas distribuídos por cursos

Letras	23,2%
Licenciaturas	16,3%
C. Biológicas, Ed. Física e Enfermagem	16,3%
Serviço Social	8,2%

Fonte: Divisão de Assistência ao Estudante

Conforme já citado em capítulo anterior, pesquisas já demonstraram que os cursos de menor prestígio social apresentam os maiores percentuais de alunos oriundos das classes menos favorecidas, o que pode ser considerado uma estratégia para o ingresso, já que estes cursos são menos concorridos ou exigem notas mais baixas para o acesso. No caso da UFRJ, a distribuição dos bolsistas é um indicador do que é afirmado pelas pesquisas.

Em relação à situação familiar, a grande maioria dos alunos reside com os pais ou parentes próximos. Muitos dos provedores têm renda proveniente de trabalho informal e possuem baixa escolaridade.

⁴⁴ O decreto 7234 de julho de 2010 que transforma o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES em um programa, também estabelece, em seu art. 5º, a prioridade das ações de assistência estudantil para os estudantes com renda familiar per capita de até 1 e meio salário mínimo.

⁴⁵ Pela tabela de classificação estão incluídos na zona norte bairros característicos do subúrbio do município do Rio de Janeiro, como Pavuna, Marechal Hermes, Guadalupe, Realengo etc.

Em relação ao aproveitamento acadêmico, observamos que existe uma tendência a reprovações, principalmente em disciplinas que exijam um conhecimento de conteúdos disciplinares do ensino médio. Mesmo em cursos com menores exigências curriculares, essa dificuldade está presente para um significativo número de alunos. Embora o apoio pedagógico seja um dos eixos previstos para a assistência estudantil, essas ações ainda são pontuais e restritas a determinadas unidades acadêmicas que tem um alto percentual de reprovações e de evasões em seus cursos.

Dentre os alunos bolsistas também é comum que, durante o curso, busquem atividades remuneradas formais ou informais que possam complementar a renda advinda das bolsas de assistência estudantil.